

DOI: 10.46943/V.CINTEDI.2024.03.002

## O TEA NA ESCOLA: UM OLHAR PSICOPEDAGÓGICO

*Andrêsa Fernanda Gomes Pereira<sup>1</sup>*

*Mírian Carla Lima Carvalho<sup>2</sup>*

### RESUMO

O Autismo apresenta um índice crescente de casos, não só no Brasil, mas em todo o mundo. Graças a disseminação de informações, as melhores condições de tratamento e capacitação dos profissionais, tem-se realizado a intervenção cada vez mais precoce. Desse modo, tendo em vista que o TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento e que afeta diversas áreas do desenvolvimento infantil, seu tratamento se dá de forma multidisciplinar, ou seja, necessita do acompanhamento com vários profissionais, além de comprometer diversos aspectos da vida do indivíduo, sobretudo, o aspecto escolar. Apesar da significativa veiculação da informação acerca do autismo e suas interfaces, pouco ainda se fala da importância da psicopedagogia no TEA. Diante disso, o presente trabalho tem o objetivo principal de evidenciar a visão psicopedagógica do TEA na escola, especificamente, buscou-se desmistificar o papel do psicopedagogo na escola frente ao autismo, elencando através de relatos de experiências desses profissionais e de famílias que são atendidas, como esse profissional pode auxiliar a pessoa com autismo, nesse ambiente tão rico e importante para a criança, contribuindo com a identificação de estratégias educacionais e colaborando com os professores a fim de proporcionar um ambiente de aprendizagem inclusivo, no qual promove-se não só o aspecto acadêmico, mas também, a socialização e o desenvolvimento emocional da criança, visando maximizar o potencial de cada indivíduo respeitando suas singularidades.

**Palavras-chave:** Autismo, Escola, Psicopedagogia, Educação Inclusiva.

1 Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, [andresafernandagomes@gmail.com](mailto:andresafernandagomes@gmail.com);

2 Mestra em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, [mirianclcarvalho@gmail.com](mailto:mirianclcarvalho@gmail.com);

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a incidência de casos de autismo tem aumentado significativamente em todo o mundo (Málaga *et al.*, 2019). De acordo com Lopes e Almeida (2021), estima-se que no Brasil, 2 milhões de brasileiros sejam autistas. Apesar desse crescente aumento nos diagnósticos, e do caminho percorrido até aqui, muito ainda precisa ser feito no que diz respeito aos cuidados básicos da pessoa com TEA, sobretudo, no que concerne ao âmbito escolar.

Atualmente nomeado como “Transtorno do Espectro Autista” é caracterizado pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais - DSM-5 (American Psychiatric Association, 2022) como um transtorno do neurodesenvolvimento resultado da combinação de influências genéticas e fatores ambientais. Os critérios para diagnóstico são: (A) prejuízo persistente na comunicação social e na interação social em vários contextos; (B) padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades; (C) os sintomas estão presentes desde o início da infância; (D) limitam ou prejudicam o funcionamento diário; (E) esses sintomas não podem ser adequadamente explicados por deficiência cognitiva ou intelectual, nem pelo atraso global do desenvolvimento.

Nesse contexto, Anashkina e Erlykina (2021) explicam que, nem todo indivíduo com predisposição genética obrigatoriamente manifestará sintomas de TEA, e, caso o transtorno se desenvolva, ele pode apresentar diferentes graus de gravidade. Esses graus de gravidade, são medidos pelo nível de suporte, que variam de “Pouco apoio” (Nível 1); “Apoio substancial” (Nível 2); a “Apoio muito substancial” (Nível 3).

Desse modo, como descreve o Manual Diagnóstico (American Psychiatric Association, 2014) as manifestações do transtorno variam amplamente, podendo depender de fatores como a gravidade da condição autista, do nível de desenvolvimento e da idade cronológica. Assim, cada autista tem seu próprio conjunto de manifestações, tornando-o único no “*espectro*” termo empregado para descrever a diversidade de sintomas e níveis que as pessoas apresentam.

Nessa perspectiva, tendo em vista que o TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento e que afeta diversas áreas do desenvolvimento infantil, seu tratamento se dá de forma multidisciplinar, ou seja, necessita do acompanhamento com vários profissionais, além de comprometer diversos aspectos da vida do indivíduo, especialmente, o aspecto escolar, gerando barreiras e até

mesmo dificuldades de aprendizagem, o que pode diminuir o interesse da criança pelo ambiente educacional.

Destarte, o profissional da psicopedagogia surge a fim de dirimir essas possíveis dificuldades e barreiras impostas pelo transtorno no ambiente escolar, pois assim como afirma Cunha (2017), por meio da observação do psicopedagogo é possível identificar os estímulos que tornam o aprendente mais receptivo às práticas pedagógicas, além de favorecer o processo de inclusão promovendo novas abordagens educacionais que priorizam o desempenho do aluno em relação à tarefa, em vez de focar apenas na tarefa em si.

Portanto, apesar da significativa veiculação da informação acerca do autismo e suas interfaces, pouco ainda se fala da importância da psicopedagogia frente ao TEA. Diante disso, o presente trabalho tem o objetivo principal de evidenciar a visão psicopedagógica do TEA na escola. Especificamente, buscou-se desmistificar o papel do psicopedagogo na escola frente ao autismo, elencando através de relatos de experiências desses profissionais e da contribuição de algumas famílias que passam ou já passaram pelo acompanhamento psicopedagógico, como o psicopedagogo pode auxiliar a pessoa com autismo, nesse ambiente tão rico e importante para a criança, que é a escola. Para tanto, a seguir descrevem-se conceitos, características e principais formas de atuação da psicopedagogia com o autismo no espaço escolar.

## **TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA BREVE INTRODUÇÃO**

O termo “autismo” de origem grega que significa “voltado para si mesmo” foi empregado, pela primeira vez, em 1908 pelo psiquiatra suíço *Paul Eugen Bleuler* para relatar pacientes com sintomas que ele considerava análogo aos observados na esquizofrenia (Liberalesso; Lacerda, 2020). Em 1943, o psiquiatra alemão *Leo Kanner* publicou o clássico artigo historicamente considerado um dos mais importantes no estudo do TEA, intitulado “*Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo*”, no qual detalha 11 crianças que apresentavam uma “tendência ao isolamento e um intenso desejo pela mesmice” (Kanner, 1943).

Em 1944, *Johann Hans Friedrich Karl Asperger*, um médico pediatra austríaco que publicou o artigo “*A Psicopatia Autista da Infância*”, retratando pacientes com sinais e sintomas equivalentes aos observados por *Kanner*, todavia, ressalta que alguns deles evidenciavam um interesse profundo e restrito por assuntos específicos. Não obstante *Asperger* tenha escrito mais de 300 artigos acerca

do que ele designava “*psicopatia autística*”, seu valor foi reconhecido apenas postumamente (Liberalesso; Lacerda, 2020).

Outro nome que merece destaque no aspecto histórico do autismo é a psiquiatra inglesa *Lorna Wing*, que chamou a atenção para a importância do fator genético na origem do transtorno. Além disso, em 1962, no Reino Unido, fundou em conjunto com um grupo de pais de crianças autistas, a *National Autistic Society* (Liberalesso; Lacerda, 2020). Por fim, menciona-se *Bruno Bettelheim* (Fisher, 2008) um judeu austríaco que difundiu amplamente o conceito errôneo de “mãe geladeira”, no qual afirmavam que as mães eram responsáveis pelo isolamento social de seus filhos. Bettelheim foi acusado de criar dados científicos falsos e teorias sem nenhuma comprovação científica.

Nessa direção, Teixeira (2016, apud Vieira; Baldin, 2017), define o Transtorno do Espectro Autista como um conjunto de condições comportamentais marcadas por prejuízos no desenvolvimento, nas habilidades sociais, na cognição e na comunicação da criança, tendo o aparecimento dos sintomas já nos anos iniciais da vida. Assim, o autismo pode se apresentar de duas maneiras: uma alteração cerebral que causa o transtorno ou associado a uma síndrome genética (e.g. síndrome do x-frágil), sendo uma condição mais frequentemente observada em meninos do que meninas, em uma proporção de três a quatro vezes mais (American Psychiatric Association, 2022).

De acordo com o mais recente manual (American Psychiatric Association, 2022), o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista também engloba o autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de *Kanner*, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger. No que diz respeito à Classificação Internacional de Doenças - CID, em sua mais recente conformação, edição 11ª (2022), em relação ao autismo segue o mesmo caminho de classificação proposto pelo DSM - 5, apresentando agora o código 6A02. Suas especificações referem-se exclusivamente à presença ou ausência de deficiência intelectual e ao funcionamento da linguagem, que pode estar comprometido, ausente ou prejudicado (Who, 2022).

Em 2022, uma atualização dos dados estimativos dos Estados Unidos foi apresentada pelo *Journal of American Medical Association*, baseada em um levantamento realizado entre 2019 e 2020, no qual concluíram que a prevalência do autismo entre crianças e adolescentes era, de 3,14%, o que equivale a 1 em cada 32 pessoas (Li Q, Li Y, Liu B, et al., 2022). Esse crescente aumento

parece ter origem, sobretudo, em (1) expansão dos critérios diagnósticos e do conceito de autismo; (2) melhores condições de acessos a tratamentos; (3) uma maior veiculação de informações acerca do transtorno, o que por sua vez, (4) promove um aumento da conscientização.

É preciso ter em mente, que o TEA raramente virá sozinho. Nesse sentido, refere-se a condições associadas ao transtorno, como a *seletividade alimentar*, que diz respeito à variedade limitada de alimentos e resistência na experimentação de alimentos novos (Araújo *et al.*, 2024); *distúrbios gastrointestinais*, caracterizado por constipação, dor abdominal e diarreia crônica (Pinho, 2015); *distúrbios do sono*, como, insônia, sono irregular, períodos curtos de sono e sonambulismo (Aparas *et al.*, 2010); e a presença de transtornos do processamento sensorial (Hiper ou hipo reatividade a estímulos sensoriais) ou interesse incomum por aspectos sensoriais do ambiente (American Psychiatric Association, 2022).

Além disso, é comumente relacionado ao transtorno do desenvolvimento intelectual e transtorno da linguagem. No que concerne às comorbidades psiquiátricas, aproximadamente 70% das pessoas com autismo podem apresentar um transtorno mental comórbido, e 40% podem manifestar dois ou mais transtornos mentais comórbidos. Sendo particularmente comum os Transtornos de ansiedade, Depressão e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH (American Psychiatric Association, 2022).

A etiologia do autismo ainda é desconhecida, mas atribuída a múltiplos fatores que podem incidir sobre a manifestação do transtorno. Dentre eles, principalmente, o fator genético, além de questões como o baixo peso ao nascer, idade avançada dos pais, prematuridade, exposição intrauterina a drogas e uso de teratogênicos como o ácido valpróico (American Psychiatric Association, 2022).

Desse modo, o diagnóstico se dá de forma clínica, mediante ao cumprimento dos critérios previamente mencionados. Como afirma Vieira e Baldin (2017), sob uma observação mais sistemática acerca do comportamento e desenvolvimento da criança, na qual está respaldada em entrevistas com os pais, professores e demais pessoas que a acompanham. Essa observação visa coletar informações desde os meses iniciais de seu desenvolvimento até os dias atuais, fazendo-se necessário investigar a criança em todos os seus contextos: histórico, social, afetivo, educacional, familiar entre outros.

Considerando que o TEA é um transtorno multifatorial, seu tratamento se dá de forma multidisciplinar, no qual engloba profissionais como: psicólogo,

psicopedagogo, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, psicomotricista, fonoaudiólogo, nutricionista, acompanhante terapêutico e analista do comportamento, a depender das necessidades de cada autista. Esses profissionais devem atuar de forma conjunta para atender as demandas e dirimir as dificuldades impostas pelo transtorno. Ademais, destaca-se que o diagnóstico e a realização de intervenções precoces facultam um melhor prognóstico de pessoas com TEA, o que resulta na redução de custos econômicos e sociais (Volkmar *et al.*, 2014).

No que faz menção às formas de tratamento empregadas no contexto atual, evidências apontam que as intervenções precoces e intensivas embasadas na ciência da Análise do Comportamento, apresentam-se como as mais indicadas para o tratamento dos sintomas de autismo (Louyse, 2019). Entretanto, também existem outras abordagens funcionais como o método TEACCH - Tratamento e Educação para Criança Autista e com Distúrbios Correlatos da Comunicação (Pessim; Hafner, 2011; Drummond, 2013), o modelo DENVER (Rodrigues; Lima; Rossi, 2021), a Terapia Cognitivo Comportamental- TCC (Consolini; Lopes; Lopes, 2019), a Equoterapia (Silva; Lima; Salles, 2018), entre outros.

Em relação ao aspecto jurídico, em 2012 foi criada a lei Berenice Piana que institui a política nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A lei permitiu a garantia dos direitos às políticas de inclusão do país, particularmente, as relacionadas à educação. No qual passa a considerar, conforme explicitado pelo art. 1º, parágrafo 2º, desta lei, que “a pessoa com TEA é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais”, sendo, portanto, assegurado todos os direitos previstos pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei Federal n. 13.146/2015 (Andrighetto; Gomes, 2020).

Sendo assim, tendo estabelecido as bases históricas e conceituais acerca do Transtorno do Espectro Autista, a seguir aborda-se mais detalhadamente o campo da psicopedagogia e seu olhar sob a aprendizagem.

## O OLHAR PSICOPEDAGÓGICO

De acordo com o dicionário *Michaelis* (2018), a etimologia da palavra psicopedagogia tem origem grega, *psykhé* + o + pedagogia, significando “aplicação de conhecimentos da psicologia às práticas educativas”. Estudos apontam (Torres; Morais, 2024) que esta área emergiu da realização de testes em escolas para avaliar as variações no rendimento dos alunos. Nesse cenário, os autores

afirmam que surge no período de 1904 a 1908 as primeiras consultas médico-pedagógicas, com o intuito de encaminhar alunos para classes especiais.

Desse modo, a psicopedagoga francesa Janine Mary definiu em 1948, a psicopedagogia como uma “*pedagogia curativa*”, acreditando que ela era terapêutica para crianças desadaptadas (Torres; Morais, 2024). No Brasil, a Psicopedagogia ergueu-se na década de 1970, influenciada por teorias argentinas relacionadas à Disfunção Cerebral Mínima - DCM (Bossa, 2000).

Inicialmente, seu enfoque se deu na abordagem clínica, devido ao elevado número de crianças com dificuldades na aquisição do conhecimento em sala de aula. Dificuldades essas, que a escola, por si só, não conseguia implementar soluções e tratamentos adequados. Assim, percebeu-se a necessidade de um profissional que pudesse colaborar com a escola e a família, propondo metodologias inovadoras que vão além dos limites da sala de aula, com o propósito de mediar e integrar melhor as crianças em seu processo de aprendizagem (Andrade, 2015).

À vista disso, a Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp), a define como:

Um campo de atuação em Educação e Saúde que se ocupa do processo de aprendizagem considerando o sujeito, a família, a escola, a sociedade e o contexto sócio histórico, utilizando procedimentos próprios, fundamentados em diferentes referenciais teóricos (Associação Brasileira de Psicopedagogia, 2021, p.1).

Nesse ínterim, segundo a Associação Americana de Psiquiatria, 5% a 15% da população mundial apresenta Transtorno Específico da Aprendizagem (TEAp), o que no Brasil constitui um grupo de 10 milhões de pessoas (Seabra *et al.*, 2022). Dessa forma, o psicopedagogo surge como peça fundamental na identificação e reconhecimento dessas barreiras de aprendizagem, buscando metodologias alternativas para favorecer o processo de aprendizagem e garantir que a aquisição do conhecimento aconteça normalmente.

Vale destacar que, a psicopedagogia pode se apresentar tanto de forma preventiva como terapêutica. Seja intervindo nas dificuldades ou trabalhando para impulsionar a aprendizagem e prevenir possíveis barreiras, visando, sobretudo, proporcionar autonomia ao aprendiz. Além disso, salienta-se que a psicopedagogia se ocupa da aprendizagem humana em toda a sua complexidade e não apenas na aprendizagem escolar. Por isso, não limita-se a crianças,

atendendo do mais novo ao mais velho em qualquer período da vida, como um campo multifacetado que abrange diversas áreas de atuação, a saber: clínica, terapêutica, institucional, hospitalar e organizacional/empresarial.

A abordagem terapêutica da psicopedagogia, conforme Souza (2023), tem o intuito de prevenir e tratar questões relacionadas à saúde mental, criando um ambiente favorável para o desenvolvimento cognitivo e emocional. Na clínica, os profissionais atuam diretamente com indivíduos que apresentam dificuldades de aprendizagem ou transtornos que afetam o desenvolvimento cognitivo, fazendo uso de testes padronizados, observações e entrevistas para diagnosticar problemas específicos e implementar estratégias adequadas (Bossa, 2011).

No que se refere ao âmbito hospitalar, os psicopedagogos atuam oferecendo suporte a pacientes que enfrentam dificuldades de aprendizagem decorrentes de problemas de saúde, internações prolongadas ou condições crônicas. Atuam ao lado dos demais profissionais multidisciplinares de saúde para desenvolver competências e habilidades, visando promover o desenvolvimento educacional e cognitivo dos pacientes, atendendo às particularidades de sua enfermidade e sem prejudicar o tratamento (Smerdel; Murgo, 2018).

No ambiente corporativo, o psicopedagogo busca melhorar a aprendizagem organizacional e o desenvolvimento de competências. Como afirma Albuquerque (2017), esse profissional atua na elaboração do planejamento estratégico, na seleção de pessoas, na formação dos funcionários e seu plano de carreira, primando por um ambiente de trabalho saudável e pelo bem-estar emocional de seus colaboradores.

No cenário institucional/acadêmico, segundo Sbcoaching (2021), a psicopedagogia se torna uma estratégia que permite atuar na prevenção, orientando educadores, estudantes e familiares sobre como identificar sinais de alterações significativas no aprendizado. Beyer apud Delabetha e Costa (2014), vão mais além ao declarar que a atuação psicopedagógica na esfera educacional adquire um caráter não só preventivo, como também, terapêutico, clínico e de treinamento. Dessa forma, no âmbito acadêmico, o psicopedagogo trabalha para (a) mediação da relação professor e aluno; (b) construção de vínculo para com as pessoas e o ambiente escolar; (c) prevenir possíveis barreiras de aprendizagem; (d) intervir de forma eficaz nas dificuldades já existentes; (e) propor metodologias mais inclusivas e eficazes; (f) capacitação de professores e demais agente envolvidos no ambiente escolar; (g) aconselhamento à família.

À face do exposto, é possível concluir que a psicopedagogia se apresenta como um campo abrangente e versátil, cumprindo o papel de peça fundamental frente aos desafios da aprendizagem humana. Suas múltiplas formas de atuação permitem um aprendizado mais inclusivo e eficaz, atendendo as necessidades individuais e contextuais de cada ser cognoscente, seja ele na sua individualidade ou em seu contato grupal.

## O AMBIENTE ESCOLAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Originalmente, a escola era um privilégio acessível a poucos, sendo a educação formal destinada apenas às elites dominantes, logo, a maior parte da população não tinha acesso aos conhecimentos eruditos transmitidos no âmbito escolar. Foi só no final do século XVIII com o advento da Revolução Francesa que a educação passou a ser reconhecida como um direito de todos na maioria dos países (Santos; Toniosso, 2014). Os autores explicam ainda que, no Brasil, esse direito só foi estabelecido com a Constituição de 1988, na qual assegura a igualdade entre todos os cidadãos. Assim, a educação que era tida anteriormente como uma responsabilidade exclusiva da família, passou a ser considerada também um dever do estado. Isto possibilitou que a educação básica se tornasse um direito primordial para o desenvolvimento do indivíduo.

Segundo Saviani (2013, p.02), “[...] a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não a cultura popular”. Assim, é na escola que ocorre a aquisição dos saberes científico, sendo o lugar onde a criança terá contato com o mundo letrado, as artes e as demais disciplinas (Nascimento *et al.*, 2021).

Nessa perspectiva, a escola se apresenta como uma instituição vital na formação de pessoas e no crescimento das sociedades. Seu papel vai além da mera transmissão de conhecimentos acadêmicos, englobando também o desenvolvimento pessoal, social, emocional e cívico dos alunos. Tencionando o desenvolvimento integral do indivíduo e dando ênfase ao trabalho pedagógico na construção de um ser humano preparado não só para os saberes escolares, mas para a vida em sociedade (Santos; Toniosso, 2014).

A escola enquanto uma instituição formal de ensino tem o compromisso educacional com o desenvolvimento das potencialidades dos educandos, nos aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores, tendo como principal missão

a formação de seres pensantes e críticos, capazes de exercer plenamente a sua cidadania (Nascimento *et al.*, 2021). No que concerne à escola como uma instituição social, Luz (2016) afirma que, assume um papel fundamental na construção histórica, cultural e científica do conhecimento, sendo responsável pelo desenvolvimento da consciência cidadã na sua completude, assim como, a formação e capacitação para o mercado de trabalho.

Além de promover a educação formal, a escola desempenha um papel vital na construção de um ambiente que acolhe a diversidade humana (Garcia; Bacarin; Leonardo, 2018), compreendendo as necessidades individuais de cada aluno e que proporciona oportunidades equitativas para todos. Dessa forma, é um dos principais espaços responsável por promover a inclusão de pessoas deficientes e neuroatípicas, com a implementação de práticas inclusivas, a disseminação e o ensino do respeito ao próximo e as diferenças. O que por sua vez, reflete diretamente, no processo de ensino-aprendizagem e nas relações interpessoais mantidas no ambiente escolar, contribuindo, assim, para o progresso de um mundo melhor.

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho caracteriza-se como um estudo descritivo, de natureza qualitativa e do tipo relato de experiência, que tem como intuito integrar teoria e prática para discorrer acerca do estado da arte de determinado tema. Desenvolvido com base na vivência de profissionais da psicopedagogia atuantes na área, buscou-se compreender e documentar a visão psicopedagógica do TEA na escola, evidenciando o papel e as contribuições do psicopedagogo frente ao Transtorno do Espectro Autista.

A pesquisa contou com a participação de cinco psicopedagogos atuantes em instituições de ensino e espaços regulares de educação, do estado da Paraíba. Além disso, o estudo também valeu-se da contribuição de alguns familiares de alunos autistas. Para tanto, foi utilizado um Roteiro de Entrevista Estruturada para avaliação acerca da aprendizagem de crianças com TEA, no qual objetivou-se reunir dados sobre a atuação psicopedagógica no cenário escolar, de modo a realizar-se um panorama desses construtos. A entrevista foi constituída por seis questões abertas, que se referem a como se deu os atendimentos psicopedagógicos e ao desenvolvimento da aprendizagem. A seguir são listadas as perguntas utilizadas na entrevista.

## PERGUNTAS NORTEADORAS

1. Quais as barreiras e dificuldades de aprendizagem enfrentadas no ambiente escolar pelas pessoas com TEA?
2. Como o psicopedagogo pode ajudar o aluno autista?
3. Como o psicopedagogo pode contribuir com o corpo docente a lidar com a criança com TEA?
4. Qual o papel do psicopedagogo na escola?
5. Qual a missão do psicopedagogo com a inclusão social?
6. Qual o dever do psicopedagogo com a família?

## ANÁLISE DE DADOS

Os dados obtidos das entrevistas foram analisados utilizando a técnica de Análise de Conteúdo, que envolve uma análise sistemática e objetiva das comunicações para descrever o conteúdo das mensagens. Este método permite a extração de indicadores quantitativos ou qualitativos que possibilitam inferências. Defendida por Bardin (2011), a Análise de Conteúdo é composta por três etapas: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização e codificação; e 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### O PSICOPEDAGOGO E O TEA: ESTRATÉGIAS E INTERVENÇÕES NA ESCOLA

Devido a uma combinação de fatores relacionados às características centrais do autismo, como os déficits na comunicação e interação social, é comum as crianças autistas apresentarem dificuldades de aprendizagem ou enfrentarem barreiras no ambiente escolar. Estas limitações podem variar significativamente de uma criança para outra, visto que o TEA abrange uma ampla gama de manifestações.

Nessa conjuntura, faz-se importante ressaltar que é direito garantido pela lei nº 12.796/2013, que toda e qualquer pessoa esteja inserida em espaços educacionais regulares, sobretudo, as pessoas neuroatípicas (Lei nº 13.146/2015; Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência). No que se refere a pessoas autistas, essa inclusão é primordial, considerando que o ambiente escolar é um local que tem o potencial de contribuir para a diminuição dos sintomas do autismo. Proporcionando novas aprendizagens e formas diferentes de se

relacionar consigo e com o outro, preparando o aprendente não só para as habilidades acadêmicas, mas para a vida em sociedade.

Não obstante a inclusão escolar seja um desafio, o engajamento e a capacitação dos profissionais da educação, especialmente do psicopedagogo, podem colaborar para facilitar esse processo na prática (Menezes *et al.*, 2020). Assim, com base nos resultados obtidos nas entrevistas realizadas, a seguir lista-se as principais dificuldades evidenciadas por pessoas autistas no ambiente escolar e como o psicopedagogo pode trabalhar para dirimir essas barreiras que impedem o pleno desenvolvimento da aprendizagem, para além disso, será discutido a contribuição da psicopedagogia frente ao autismo em sua totalidade.

Quando abordado o tema do autismo, mais especificamente, seus prejuízos, um dos principais aspectos mencionados pelos entrevistados diz respeito ao comprometimento da comunicação e interação social. Uma vez que, enquanto seres humanos necessitamos do outro para viver em sociedade e é por meio da comunicação que podemos alcançar esse outro ou algo que almejamos. Como relatado por uma das participantes que, “a dificuldade em expressar o que está sentindo ou algo que deseja comunicar se apresenta como um forte antecedente para momentos de desregulação”.

Além disso, os entrevistados também pontuaram a dificuldade das pessoas com TEA em se adequar às condições ambientes e compreender o que o outro está comunicando. Conforme evidencia Nascimento, Moura e Araújo (2020) ao afirmar a presença de uma significativa dificuldade na identificação das intenções no discurso do outro. O que por sua vez, resulta em prejuízos em sua integração e no estabelecimento de vínculos (Bertoldi; Brzozowski, 2020).

Nesse cenário, o psicopedagogo pode atuar como mediador das interações sociais, seja na aquisição e transmissão dos conhecimentos na relação professor-aluno ou com os pares e demais agentes presentes nesse ambiente. Pois como relatado pelos entrevistados, além de trabalhar como facilitador da comunicação, ensinando a pessoa autista melhores formas de expressão daquilo que se deseja comunicar ou obter, o psicopedagogo também tem o papel de auxiliar as demais pessoas a compreender o autista, propiciando um aumento do vínculo com o ambiente educacional e as pessoas que o compõem.

Outra limitação preponderante imposta pelo transtorno à aprendizagem escolar indicada pelos participantes, corresponde aos padrões de interesses fixos e restritos. “Ele não compreende quando os amigos querem brincar de

algo diferente do seu interesse”, “Ela só realiza a atividade se for com um lápis específico” como exemplificado por familiares. Conforme explica Bertoldi e Brzozowski (2020), a fixação desses interesses, em conjunto com atrasos no desenvolvimento, podem reduzir a aprendizagem significativa e o acompanhamento do conteúdo de forma regular. Diante disso, a atuação psicopedagógica pode contribuir com estratégias para tornar os conteúdos mais receptivos, didáticos e interessantes aos olhos do aluno. Tal como, auxiliando a pessoa autista a compreender a importância de também conhecer e aprender sobre outros interesses.

Por conseguinte, foi observado que, outra barreira frequentemente enfrentada pelos autistas no âmbito acadêmico, refere-se a apreensão do conteúdo propriamente dito. Considerando que pessoas com autismo aprendem de forma diferente, é necessário a adoção de estratégias alternativas para garantir a transmissão do conhecimento, como também, a implementação de um material adequado e de acordo com as necessidades do aluno. Nesse sentido, destaca-se mais um papel fundamental apontado pela maioria dos entrevistados que a psicopedagogia cumpre frente a essas dificuldades, que concerne a elaboração e adaptação de materiais e atividades.

Em virtude da rigidez cognitiva e dos padrões repetitivos e restritos, a implementação de rotinas visuais e materiais de apoio são essenciais para fornecer previsibilidade da rotina escolar e melhores formas de organização para a criança. “A visualização da rotina permite que a criança saiba o que está acontecendo e o que vai acontecer, reduzindo a ansiedade e aumentando a autonomia”, como respondido por uma das participantes. Através do olhar psicopedagógico, será elaborado um plano educacional individualizado para atender as demandas específicas de cada indivíduo.

Pois como afirma Lopes (2019) estes planos contemplam estratégias para lidar com ansiedade, dificuldades de socialização, problemas de concentração ou outras barreiras que possam afetar o desempenho acadêmico e emocional. Ademais, as adaptações de atividades e do currículo permitem que a pessoa autista acompanhe o mesmo conteúdo e ritmo de seus colegas de classe, atendendo o seu nível intelectual e respeitando as suas singularidades, o que propicia maior autonomia ao aluno e aumento do sentimento de pertença e inclusão.

De modo geral, os psicopedagogos indicaram que as dificuldades específicas mais extenuantes exibidas por autistas no ambiente escolar, referem-se

a: dificuldades de leitura e escrita; pouca compreensão de interpretação de texto; dificuldades na manutenção da atenção e na atenção compartilhada; questões relacionadas à motricidade ampla e fina; lateralidade; rigidez frente a mudanças de ambiente; resistência no cumprimento das regras; e estabelecimento de vínculos. Pensando nisso, elencaram as principais contribuições do psicopedagogo frente a essas dificuldades, as respostas demonstraram uma simétrica consonância ao afirmarem que “o psicopedagogo deve atuar frente não só as dificuldades do ser aprendente, como também, em conjunto com o corpo docente e a família”.

Portanto, junto ao aluno autista o psicopedagogo pode contribuir na intervenção das dificuldades mais agravantes, com a utilização de jogos e recursos didáticos ajudando o aprendente a reconhecer, compreender e superar suas limitações. Também colabora no ensino de técnicas de estudo, auxiliando o estudante a descobrir a melhor forma pela qual ele aprende, tal qual, maximizar suas potencialidades e aprender a maneira mais eficaz de lidar com as limitações ao longo do caminho. Na esfera afetiva, atua no reconhecimento e na importância das emoções, orientando estratégias de autorregulação e melhores vias de expressão dos sentimentos.

No que se trata do corpo docente, é de suma importância que o trabalho aconteça de forma conjunta, pois a missão do psicopedagogo é aproximar a relação professor-aluno, auxiliando o professor a compreender melhor as particularidades de seus alunos e promovendo a utilização de metodologias mais inclusivas e assertivas. Ademais, atua na capacitação desses profissionais, com a disseminação de conhecimento acerca da diversidade encontrada na escola e como está preparado para lidar com ela, favorecendo não só a aprendizagem dos alunos neurotípicos mas de toda a comunidade escolar.

No que faz menção a família, o psicopedagogo assume a função de mediador da relação família e escola, facilitando a comunicação e a colaboração. Logo, é primordial que o psicopedagogo trabalhe para garantir também, a participação ativa das famílias no processo de aprendizagem de seus filhos, conscientizando-as de seu papel e sua importância para a eficácia das intervenções. Ademais, atua oferecendo acolhimento ao fornecer suporte emocional e um espaço seguro para discutir aflições e emoções; e orientação por meio de informações claras e acessíveis acerca das dificuldades e limitações do aprendente, bem como, estratégias que podem auxiliar a dirimir essas barreiras e adquirir maior autonomia.

Sob esse viés, é possível perceber as inúmeras contribuições do profissional de psicopedagogia no âmbito educacional escolar. Destarte, salienta-se que o principal papel do psicopedagogo frente a pessoa com TEA, é a inclusão e o acesso às mesmas condições de aprendizagem, possibilitando não só o desenvolvimento pleno da aprendizagem e das capacidades cognitivas, como também, o respeito à diversidade e a singularidade de cada um, resgatando e incentivando o gosto pelo aprender.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos e argumentos aqui descritos, conclui-se que o trabalho atendeu ao seu propósito de evidenciar a visão psicopedagógica do TEA na escola. Além de fornecer explicações acerca do papel do psicopedagogo nesse contexto, contribuindo com a disseminação da informação frente ao tema, bem como, servindo de arcabouço para a literatura de futuros estudos que visem o aprofundamento desses conceitos.

Sendo assim, constatou-se que o psicopedagogo exerce um papel crucial frente à aprendizagem e o pleno desenvolvimento de pessoas autistas na escola, maximizando suas potencialidades, auxiliando nas dificuldades existentes e eliminando possíveis barreiras que se apresentam no decorrer do caminho. Atua com a implementação de metodologias alternativas e atividades adaptadas ao nível intelectual de seus alunos, demonstrando que todos são capazes de aprender quando respeitamos as especificidades e necessidades de cada um.

Ademais, trabalha também juntamente com o corpo docente e os demais agentes envolvidos no cenário escolar, a fim de propiciar a capacitação e a prática de ações inclusivas. Favorece a aproximação entre professor e aluno, além de promover um processo de aprendizagem mais significativo, inclusivo e eficaz, o que por sua vez contribui para o progresso de toda a comunidade escolar.

Considerando a importância da família no processo de aprendizagem e na construção do ser cognoscente em sua totalidade, o trabalho psicopedagógico abrange também o seio familiar que inclui acolhimento, orientação e mediação da relação com a escola, o que favorece o processo de aprendizagem. Por fim, tendo em vista a versatilidade desse profissional no ambiente escolar, compreende-se que o psicopedagogo se apresenta como uma peça chave fundamental no sucesso escolar de alunos autistas.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, R. N. **Avaliação neuropsicológica e psicopedagógica teoria e prática.** In \_\_\_\_\_. Olinda: ed. Nova Presença, 2017.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: **DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders. **DSM-5 TR**. 5. ed. Washington, DC: American Psychiatric Publishing, 2022.

ARAÚJO, B. F.; MOURA, L. A. S.; BARATA, T. C. P.; JARDIM, N. A.; SOUZA, I. B. Explorando a seletividade alimentar em indivíduos autistas: causas, impactos e estratégias de intervenção. **Revista Acadêmica Online**, v. 10, n. 51, 2024.

APARAS, T. J.; GOMES, A. A.; CLEMENTE, V.; AZEVEDO, M. H. P. Sono-vigília em crianças com Transtorno do Espectro Autista. **International Journal of Developmental and Educational Psychology**. INFAD Revista de Psicología, n. 3, p. 525-533, 2010. ISSN: 0214-9877.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. **Código de ética da Associação Brasileira de Psicopedagogia**. Disponível: [https://www.abpp.com.br/wp-content/uploads/2020/11/codigo\\_de\\_etica.pdf](https://www.abpp.com.br/wp-content/uploads/2020/11/codigo_de_etica.pdf) acesso em 17 de abr. de 2024.

ANASHKINA, A.; ERLYKINA, E. Molecular Mechanisms of Aberrant Neuroplasticity in Autism Spectrum Disorders (Review). **Sovremennye Tehnologii V Medicine**, v. 13, n. 1, p. 78, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17691/stm2021.13.1.10>

ANDRADE, T. O. **O uso da Psicopedagogia na intervenção e auxílio do processo de aprendizagem da criança.** Faculdade católica de Anápolis/ Instituto Superior de Educação. Especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica, 2015.

ANDRIGHETTO, A.; GOMES, F. F. R. Direitos do Portador de Transtorno do Espectro Autista: políticas públicas de inclusão escolar sob a ótica da Lei Federal n.

12.764/2012. **Rev. Fac. Dir. Uberlândia**, MG, v. 48, n. 1, p. 339-365. jan./jul. 2020.  
ISSN 2178-0498.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. BERTOLDI, F. S.;

BRZOZOWSKI, F. S. O papel da psicopedagogia na inclusão e na aprendizagem da  
pessoa autista. **Rev. psicopedag.** [online], v. 37, n.114, p. 341-352, 2020. ISSN 0103-  
8486. <https://doi.org/10.51207/2179-4057.20200028>.

BOSSA, N. A. **A psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. 4. ed.  
Porto Alegre: Artmed, 2000.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de  
Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília,  
DF, 27 dez. 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-  
2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm). Acesso em: 02 maio. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de  
dezembro de 1996, que **estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**,  
para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras pro-  
vidências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/  
ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm). Acesso em: 02 maio. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão  
da Pessoa com Deficiência**. Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: [https://www.  
planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm) Acesso em: 02 maio.  
2024.

CONSOLINI, M.; LOPES, E. J.; LOPES, R. F. F. Terapia Cognitivo-comportamental no  
Espectro Autista de Alto Funcionamento: revisão integrativa. In: **Rev. Bras. Ter.  
Cogn.**, v. 15, n. 1, p. 38-50, Rio de Janeiro, 2019.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia e práticas educativas na escola e  
na família. 7. ed. Rio de Janeiro: Wak, p, 135, 2017.

DELABETHA, A.; COSTA, G. M. T. da. **Psicopedagogia e suas Áreas de Atuação.**

2014. Disponível em: [https://www.bage.ideau.com.br/wp-content/files\\_mf/122289fb97b7bca15f85f182c90fc578230\\_1.pdf](https://www.bage.ideau.com.br/wp-content/files_mf/122289fb97b7bca15f85f182c90fc578230_1.pdf) Acesso em: 06 maio 2024.

DRUMMOND, C. P. **Autismo Hoje e Psicanálise Lacaniana.** São Paulo: Ed. Treze, 2013.

FISHER, D. J. **Bettelheim:** Living and Dying, Contemporary Psychoanalytic Studies, Amsterdam, New York: Brill/Rodopi, 2008

GARCIA, R. A. B.; BACARIN, A. P. S.; LEONARDO, N. S. T. Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência.

**Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22(spe), p. 33-40, 2018. <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2018/035>

KANNER, L. "Autistic disturbances of affective contact". **The Nervous Child**. v. 2, p. 217-50, 1943.

LI, Q.; LI, Y.; LIU, B.; CHEN, Q.; XING, X.; XU, G.; YANG, W. Prevalence of autism spectrum disorder among children and adolescents in the United States from 2019 to 2020. **JAMA pediatrics**, v. 176, n. 9, p. 943-945, 2022.

LIBERALESSO, P.; LACERDA, L. **Autismo:** compreensão e práticas baseadas em evidências. 1ª ed. Curitiba: Marcos Valentin de Souza, 2020.

LOPES, A. T.; ALMEIDA, G. A. de. **Perfil de indivíduos com Transtorno de Espectro Autista (TEA) no Brasil.** 2021.

LUZ, R. R. Atribuições da educação familiar e escolar no desenvolvimento integral do educando. Trabalho de Conclusão de Curso (Produção Didático-Pedagógica) Universidade Federal Tecnológica do Paraná, **Cadernos PDE**, v. II, 2016.

LOUYSE, D. ABA e o tratamento para o Autismo na infância. **Comporte-se: psicologia e análise do comportamento**, maio 2019. Disponível em: <https://www.>

comportese.com/2019/05/aba-e-o-tratamento-para-o-autismo-na-infancia>.  
Acesso em: 20 jan. 2023.

MÁLAGA, I.; BLANCO-LAGO, R.; HEDRERA-FERNÁNDEZ, A.; ÁLVAREZ-ALVAREZ, N.; OREÑA-ANSONERA, V. A.; BAEZA-VELASCO, M. Prevalencia de los trastornos del espectro autista en niños en Estados Unidos, Europa y España: coincidencias y discrepancias [Prevalence of autism spectrum disorders in USA, Europe and Spain: coincidences and discrepancies]. **Medicina**, v. 79, n. 1, p. 4–9, 2019.

MICHAELIS. **Dicionário brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portuguesbrasileiro/normatizar/>. Acesso em: 10 maio. 2024.

NASCIMENTO, F. E. M.; PAIVA, M. R. F. P.; FROTA, R. C.; SOUSA, M. H. A. S. A relação família e escola no processo educativo: uma revisão integrativa. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 32, n. 2, p. 01-24, 2021. <https://doi.org/10.31423/oikos.v32i2.11824>

NASCIMENTO, E. R. P.; MOURA, J. C. Z.; ARAUJO, M. J. B. Dificuldade de aprendizagem e a criança com autismo: desafios psicopedagógicos. **EDUCTE: Revista Científica do Instituto Federal de Alagoas**, v. 10, n. 1, p. 1185-1196.

PESSIM, L. E.; HAFNER, M. B. **Revista Eletrônica Científica**. 2011.

PEBMED. **Autismo**: veja os critérios diagnósticos do DSM-V; 2018 . Disponível em: <https://pebmed.com.br/como-identificar-o-transtorno-do-espectro-autista/>  
Acesso em 10 Jan. 2023.

PINHO, M. A. **Manifestações gastrointestinais em crianças com Transtorno do Espectro Autista**. 2015. [Tese de doutorado]. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Processos Interativos dos Órgãos e Sistemas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

RODRIGUES, A. A.; LIMA, M. M.; ROSS, J. P. G. Modelo Denver de intervenção precoce para Transtorno do Espectro Autista. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 48, 2021.

SAVIANI, D. Sobre a natureza e especificidades da educação. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 7, n. 1, p. 286-293, jun. 2015. Disponível em <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13575/9519>>. Acesso em 27 maio. 2024

SBCOACHING. **Psicopedagogia: Origens, Atuação e Desafios**. São Paulo: Editora Saber. 2021.

SEABRA, A. G.; MATOS, L. M. B. de.; MOTA, I. Z.; LEITE, L.; TAFLA, T. L.; BRUNONI, D.; CARREIRO, L. R. R.; TEIXEIRA, M. C. T. V. Writing in students with learning difficulties: Matthew effect. **Revista Psicopedagogia**, v. 39, n. 120, p. 333-343, 2022.

SILVA, A. S. M. D.; LIMA, F. P. S. D.; SALLES, R. J. Vínculo afetivo de crianças autistas na equoterapia: uma contribuição de Winnicott. In: **Boletim-Academia Paulista de Psicologia**, v. 38, n. 95, p. 238-250, 2018.

SOUZA, R. **Promovendo Saúde Mental: Abordagens Psicopedagógicas**. Editora Psico, 2023.

SMERDEL, K. S.; MURGO, C. S. Um olhar psicopedagógico sobre o processo ensino-aprendizagem no contexto hospitalar. **Rev. Psicopedag.**, v. 35, n. 108, p. 329-39, 2018.

TEIXEIRA, G. **Manual do autismo**. Rio de Janeiro. Best Seller. 2016.

TORRES, J. O.; MORAIS, P. A. Psicopedagogia no cenário educacional contemporâneo: uma investigação bibliográfica sobre sua evolução e contribuições, com reflexões interdisciplinares. **Revista Acadêmica Caderno de Diálogos**, v. 7 n. 1, 2024.

VIEIRA, M. N.; BALDIN, R. F. S. Diagnóstico e intervenção de indivíduos com Transtorno do espectro autista. In: **Enfope 10 Fopie 11**, v. 10, n.1, 2017.

VOLKMAR, F.; SIEGEL, M.; WOODBURY-SMITH, M.; KING, B.; MCCRACKEN, J.; STATE, M. Practice parameter for the assessment and treatment of children and

adolescents with autism spectrum disorder. *J Am Acad Child Adolesc Psychiatry*.  
**Elsevier Inc.** Feb; v. 53, n. 2, p. 237–57, 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **International Statistical Classification of  
Diseases and Related Health Problems (ICD)**. Disponível em: [https://www.who.  
int/standards/classifications/classification-of-diseases](https://www.who.int/standards/classifications/classification-of-diseases) Acesso em 18 abr. 2024.